



Anais da Assembléia

N° 007

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE MARÇO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA Nº 004ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE MARÇO DE 1993**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Júlio Bifon e Heinz Herwig.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zarusso, Cesar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Nanir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Cívico Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Valdir Rossoni (53). Achando-se ausente a Senhora Deputada Emília Belinati (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO

Sob os nºs DTL/SAT/024, 025, 026 e 27/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos e Lei números:

10/93: Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA que fixa, conforme especifica, o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, o qual convertido em Lei, tomou o nº 10.252. **Anote-se. Arquite-se.**

011/93: Do TRIBUNAL DE CONTAS que fixa, conforme especifica, o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.253. **Anote-se. Arquite-se.**

012/93: Do TRIBUNAL DE CONTAS que fixa, conforme especifica, o vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, do cargo de Auditor do T.C. e do cargo de Procurador junto ao mesmo Tribunal, o qual convertido em Lei, tomou o nº 10.254. **Anote-se. Arquite-se.**

009/93: Da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA que fixa, conforme especifica, o vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral de Justiça, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.255. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº 72/93, do Senhor Desembargador RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei aprovado pelo Órgão Especial do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que tem por objetivo a alteração do dispositivo da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980, e a criação de mais 10 (dez) cargos de Juiz de Direito Substituto em Curitiba, solicitando a apreciação dessa augusta Casa, em caráter de urgência. **Ao conhecimento da Casa.**

Mensagens:

MENSAGEM Nº 003/93

Curitiba, 17.02.93.

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições do art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, aos municípios paranaenses, prédios ou parte de prédios estaduais, para fins de utilização como unidades escolares.

O Plano de Lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Comunidade e reveste-se de elevado significado, eis que, sem qualquer sombra de dúvida, será um eficiente instrumento legal no sentido de ensejar expansão da rede municipal de ensino, com a conseqüente ampliação dos espaços físicos para funcionamento de estabelecimentos oficiais, aumentando assim, a oferta de vagas, o que é da maior importância em razão da grande demanda que ora ocorre em

todo o Estado do Paraná, para obtenção de matrículas no ensino gratuito.

O anteprojeto de lei em causa substancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Educação e da Administração, analisados, também, pela Procuradoria Geral do Estado.

Por outro lado, o texto da medida legal em referência contém o necessário detalhamento dos aspectos formais de como as pretendidas cessões de uso poderão ser efetivadas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do art. 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a ceder em caráter de utilização gratuita, aos Municípios do Estado do Paraná, prédios ou parte de prédios estaduais para o fim de utilização como unidades escolares.

Art. 2º - Os prédios ou parte dos prédios a que se refere o art. 1º desta Lei, serão destinados exclusivamente ao funcionamento de escolas municipais de ensino de 1º Grau, mediante autorização expressa, em cada caso, do Secretário de Estado da Educação ou do Diretor Presidente da FUNDEPAR, quando o imóvel pertencer ao Patrimônio desta Entidade.

Art. 3º - Os bens cedidos não poderão ser utilizados para outros fins, nem transferidos a terceiros sob pena de se tornar a cessão automaticamente sem efeito, ficando ainda o cessionário responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do Termo, sem direito a futuro ressarcimento.

Art. 4º - Para efetivação das presentes cessões, será preenchido o respectivo "Termo de Cessão de Uso", onde deverá constar obrigatoriamente, para cada imóvel cedido, o prazo da cessão, o endereço do mesmo, a área que está sendo cedida, o número de dependências, o período da Cessão, se diurno (matutino/vespertino) ou noturno, dados estes fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação e FUNDEPAR, e o número da transcrição ou matrícula referente ao domínio do Estado sobre o imóvel fornecido pela Secretaria de Estado da Administração, além das assinaturas do Prefeito e dos titulares da SEED e SEAD.

Art. 5º - Para atender à municipalização do Ensino de 1º Grau, fica também autorizada a FUNDEPAR a ceder em caráter de utilização gratuita aos Municípios, os prédios ou parte dos prédios pertencentes ao seu Patrimônio, e desde que cumprido o disposto nos arts. 2º, 3º e 4º da presente lei.

Art. 6º - Ficam a Secretaria de Estado da Educação e a FUNDEPAR, encarregadas de efetuar o controle e a vistoria nos imóveis cedidos, a fim de se aferir o fiel cumprimento das cessões, devendo a Coordenadoria do Patrimônio do Estado, da SEAD, ser comunicada das cessões de uso e qualquer alteração ocorrida.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **A Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 004/93

Curitiba, 25.02.93.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços nas operações internas com óleo diesel é fixada em doze por cento (12%).

O Plano de Lei ora proposto consulta aos superiores interesses da Administração, sendo conveniente e oportuno, pelos motivos contidos na adiante transcrita justificativa que me foi apresentada pelo Secretário de Estado da Fazenda:

"O presente anteprojeto de lei justifica-se, entre outros, por dois motivos básicos, quais sejam:

1 - Estados vizinhos já reduziram o imposto nas operações internas com óleo diesel, criando com isto desigualdade tributária, provocando o desequilíbrio comercial em prejuízo dos estabelecimentos sediados no Paraná, inclusive com operações triangulares. Assim, enquanto em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul a alíquota do ICMS é de 12%, no Paraná vige a de 17%.

2 - A redução proposta contém ainda importante contribuição à economia nacional, em face da redução do custo do serviço de transporte, item relevante na formação do índice de inflação.

Ademais, o anteprojeto encontra-se alicerçado e dentro do espírito consagrado pelo art. 155, § 2º, inciso III, da Constituição Federal. (Princípio da seletividade.)"

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

- 11 - Turismo;
- 12 - Ecologia e Meio Ambiente;
- 13 - Fiscalização da Assembléia Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - É fixada em doze por cento (12%) a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços nas operações internas com óleo diesel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A **Diretoria Legislativa**.

PMDB = 02 Deputados
PP = 01 Deputado
BIP = 01 Deputado
PTB = 01 Deputado
PFL = 01 Deputado
PDT = 01 Deputado
PL = Sem Representação
PT = Sem Representação

CÁLCULO CONFORME DISPOE O ARTIGO 31 DO REGIMENTO INTERNO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

15 Membros

54 : 15 = 3,60

PMDB = 12 Deputados : 3,60 = 3,33
PP = 10 Deputados : 3,60 = 2,77
BIP = 07 Deputados : 3,60 = 1,94
PTB = 06 Deputados : 3,60 = 1,66
PFL = 06 Deputados : 3,60 = 1,66
PDT = 06 Deputados : 3,60 = 1,66
PL = 03 Deputados : 3,60 = 0,83
PT = 03 Deputados : 3,60 = 0,83

COMPOSIÇÃO DA C.C.J.

PMDB = 3 Deputados
PP = 3 Deputados
BIP = 2 Deputados
PTB = 2 Deputados
PFL = 2 Deputados
PDT = 2 Deputados
* PL = 1 Deputado
* PT = 1 Deputado

* O PL e o PT deverão sortear para fazer-se representar com 01 Deputado membro na C.C.J.

COMISSÕES COM 07 MEMBROS

54 : 7 = 7,71

PMDB = 12 Deputados : 7,71 = 1,55
PP = 10 Deputados : 7,71 = 1,29
BIP = 07 Deputados : 7,71 = 0,90
PTB = 06 Deputados : 7,71 = 0,77
PFL = 06 Deputados : 7,71 = 0,77
PDT = 06 Deputados : 7,71 = 0,77
PL = 03 Deputados : 7,71 = 0,38
PT = 03 Deputados : 7,71 = 0,38

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DE:

- 1 - Finanças;
- 2 - Orçamento;
- 3 - Agricultura, Indústria e Comércio;
- 4 - Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- 5 - Educação, Cultura e Esportes;
- 6 - Terras, Imigração e Colonização;
- 7 - Segurança Pública;
- 8 - Saúde Pública;
- 9 - Redação;
- 10 - Tomada de Contas;

COMISSÕES ESPECIAIS COM 05 MEMBROS

54 : 5 = 10,8

PMDB = 12 Deputados : 10,8 = 1,11
PP = 10 Deputados : 10,8 = 0,92
BIP = 07 Deputados : 10,8 = 0,64
PTB = 06 Deputados : 10,8 = 0,55
PFL = 06 Deputados : 10,8 = 0,55
PDT = 06 Deputados : 10,8 = 0,55
PL = 03 Deputados : 10,8 = 0,27
PT = 03 Deputados : 10,8 = 0,27

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES ESPECIAIS

COM 05 MEMBROS

PMDB = 01 Deputado
PP = 01 Deputado
BIP = 01 Deputado
*PTB = 01 Deputado
*PDT = 01 Deputado
*PFL = 01 Deputado
PL = Sem Representação
PT = Sem Representação

* O PTB, PDT e PFL deverão alternarem-se nestas Comissões.

Sala das Sessões, 01.03.93

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 84

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, 01.03.93.

(a) JÚLIO BIFON

REQUERIMENTO Nº 92

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a aprovação do quadro de Parlamentares integrantes da Comissão Parlamentar indicada

pelo anterior Requerimento nº 2.164, de 13.01.1993, aprovado na mesma data, bem como SOLICITA AUTORIZAÇÃO do Plenário para cobertura das despesas decorrentes da missão.

LISTA DE PARLAMENTARES INTEGRANTES

Integram a Comissão Parlamentar referida no Requerimento nº 2.164, de 13.01.1993, os Senhores Deputados ANTÔNIO COSTENARO, ERNANI PUDELL e LUIZ HENRIQUE BONA TURRA.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

Tendo sido convidado pelo "Centro de Estudios sobre el Desarrollo (DES)", da Universidade de Havana, Cuba, através do CILA - Comitê Para Integração Latino-Americana, em conhecer a situação interna da República de Cuba, com vistas ao estudo de medidas de cooperação mútua nos campos científicos, tecnológico, cultural e comercial, o Deputado subscritor deste, houve por bem indicar, "ad referendum" do douto Plenário, os Senhores Deputados ANTÔNIO COSTENARO NETO e ERNANI PUDELL, para com ele comporem a Comissão formada com a aprovação do Requerimento nº 2.164.

As despesas decorrentes da Missão Parlamentar, montam à quantia de US\$ 917 (novecentos e dezessete dólares norte-americanos) por pessoa, incluídos os custos de viagem e hotel por 08 (oito) dias, aos quais se adicionam US\$ 300 (trezentos dólares) por pessoa para o deslocamento aéreo Curitiba/São Paulo/Curitiba, transporte interno naquela República e outras despesas de viagem.

REQUERIMENTO Nº 94

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o uso das dependências desta Casa: Plenarinho e Pequenos Auditórios; para a realização do "Seminário Estadual de Saúde", nos dias 02, 03 e 04 de abril do corrente. Em tal Seminário faremos um diagnóstico do sistema atual e debateremos a municipalização, financiamento e participação popular.

Requer ainda que as despesas de infraestrutura sejam custeadas pela Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos o sistema de saúde a nível nacional vem sofrendo mudanças na sua organização e legislação. As leis do SUS abrem novas perspectivas para a constituição e a construção de um novo sistema de saúde com a participação da sociedade civil organizada.

Neste Seminário queremos debater todos os problemas e propostas para a área de saúde do Paraná. Debater principalmente com os líderes dos movimentos sociais (populares, sindicais, negros, mulheres, ambientalistas, etc).

O Parlamento brasileiro teve um papel fundamental na elaboração da legislação do SUS. As Assembleias Legislativas dos Estados também tem desempenhado um papel de fundamental importância no campo legislativo. Cabe agora este Parlamento colaborar na instrumentalização da sociedade civil para que a mesma atue como agente ativo no Sistema Único de Saúde.

Tal Seminário terá o apoio do SINDSAÚDE e do Fórum Popular de Saúde.

REQUERIMENTO Nº 95

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Polícia Militar, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o § 3º, do Art. 36 do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, prorrogação do prazo de atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Polícia Militar, por mais 30 (trinta) dias.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamto: Luiz Henrique Bona Turra, Colômbino Grassano, Oswaldo Trevisan e Plauto Miró Guimarães.

REQUERIMENTO Nº 93

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a constituição de Comissão Geral para, durante a Sessão Plenária da próxima quarta-feira, dia 03 do corrente mês, emitir os competentes pareceres sobre o Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, que fixa a alíquota do ICMS sobre o óleo diesel em 12%, e sobre o Projeto de Lei de autoria do Poder Judiciário, que altera a Lei nº 7.297/80, para criar 10 cargos de juiz substituto na Comarca de Curitiba.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a.a.) NELSON JUSTUS, JOSÉ ARTHUR RITTI, NAMIR PIACENTINI, JÚLIO BIFON, CARLOS SIMOES, ANIBAL KHURY, TOTI COLAÇO, JOAO IENSEN, DUÍLIO GENARI, DIRCEU MANFRINATO, NEIREU ALVES DE MOURA, NEIVO BERALDIN, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, PLAUTO MIRÓ GUIMARAES, DOMINGOS CARVALHO, OSWALDO TREVISAN, HEINZ HERWIG, SEVERINO FÉLIX, EDSON SILVILINO e LOURENÇO FREGONESE.

REQUERIMENTO Nº 96

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve n

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja marcada para o dia 28 de maio de 1993, às 15:00 horas a outorga do Título de Cidadã Honorrária do Estado do Paraná a Excelentíssima Senhora GILDA POLI, MD. Secretária de Estado da Cultura, conforme Lei nº 10.056 de 07/07/92.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO Nº 64

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do médico MIROSLAU CONSTANCE BARANSKI, FILHO, ocorrido dia 7 de fevereiro último. Trata-se de grande perda para o Paraná, pois o Dr. Baranski era líder de sua categoria, com marcada atuação profissional e goza do mais alto conceito da família paranaense. Membro de tradicional berço familiar, onde sempre se destacaram como médicos e permanentes agentes do bem-estar da nossa Comunidade! Solicito que esta Casa manifeste aos familiares o nosso grande pesar.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 68

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário VOTO DE Pesar para a Família De Bortoli, pelo falecimento de Senhor Luiz De Bortoli e Laina De Bortoli, vítimas de acidente recente na estrada BR-376.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A vida nos seus episódios trágicos deixa traumas que até o próprio tempo não é remédio comum, deixando com isso lacunas intransponíveis nos seios familiares, e o exemplo dessas afirmações é bem recente com o acidente ocorrido na BR-376, onde a família De Bortoli perdeu tragicamente dois de seus integrantes que foram Luiz De Bortoli e sua filha Laina De Bortoli. Uma dor irreparável, já que ambos representavam em seus campos de ações dois importantes setores na coletividade do município de São José dos Pinhais, como figuras responsáveis e estimadas no seio da população daquela cidade.

Por essa razão, solicitamos que a Família De Bortoli receba esse nosso Voto de Pesar, mostrando os nossos sentimentos e lamentando o acontecimento, através do endereço à Rua Baroneza do Cerro Azul, nº 1178, São José dos Pinhais.

Curitiba, segunda, em 01.03.93

REQUERIMENTO Nº 79

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Carlos Palu, ocorrido no dia 19 de janeiro próximo passado, em Unuarama.

Sala das Sessões, em 01.03.93

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 80

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido nos anais desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do eminente cidadão, Sr. Ironi Natel de Camargo, ocorrido no último dia 23 de fevereiro de 1993. Pede ainda que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.03.93

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 23 de julho de 1907, Ironi Natel de Camargo, era filho dos saudosos Antonio Joaquim de Camargo e Augusta Natel de Camargo, descendendo em linha direta do Visconde de Guarapuava e dos pioneiros que desbravaram o centro-oeste guarapuavano ao território do Paraná.

Deparecido aos 35 anos de idade, o ilustre desaparecido foi servidor estadual, tendo funcionado como Coletor Estadual em diversas cidades do Paraná, concluindo sua carreira na Capital; foi depois diretor administrativo e financeiro do Hospital São Lucas e, como contabilista, exerceu a gestão financeira de diversas empresas tradicionais em Curitiba, antes de se aposentar o que fez após completar 80 anos de idade, dando um belo exemplo às atuais gerações.

Na vida associativa e religiosa, Ironi Natel de Camargo, foi congregado mariano e irmão vicentino, prestando serviços contábeis para essa última instituição beneficente até os últimos dias de sua vida consciente, como uma forma de realização de obras em prol de sua fé católica.

Oriundo de uma família de 16 irmãos, entre os quais o ex-Deputado e ex-Prefeito de Laranjeiras do Sul, Alcindo Natel de Camargo, o pranteado cidadão cuja memória destacamos, deixa viúva a Senhora Flora Koehler de Camargo e os filhos: Maria Augusta Koehler de Camargo; Teresinha, casada com Lamartine Nunes de Souza; o empresário Luís Fernando K. de Camargo, advogado e administrador de empresas, ex-presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Locação de Imóveis (Secovi), ex-presidente da Associação Paranaense de

Dirigentes Imobiliários (APADI) e atual Vice-Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná, casado com Dona Lillian; Afonso Celso K. de Camargo, engenheiro, ex-diretor da CELEPAR, ex-presidente nacional da Sociedade dos Usuários de Informática e de Telecomunicações (SU-CESU) e atual Secretário-Executivo do Centro de Integração de Tecnologia do Paraná (CITPAR), casado com Dona Gisleine; deixa ainda, netos.

Pelo exemplo de retidão pessoal, integridade, dedicação filantrópica e vida religiosa, Irondi Natel de Camargo representou um patrimônio moral do Paraná, que por sua instituição legislativa rende agora um preito de respeito e saúde à sua memória.

REQUERIMENTO N° 81

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à Casa, ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Joaquim Brito de Lacerda, ocorrido nesta cidade na última semana, dando-se desta decisão conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.03.93

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Joaquim Brito de Lacerda, originário da tradicional família Brito de Lacerda, da Lapa, nasceu na casa histórica hoje pertencente ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Nacional.

Desaparecido aos 79 anos de idade, o Dr. Joaquim era advogado brilhante em nosso Fórum, tendo sido professor e Diretor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, instituição que ajudou a fundar. Foi ainda conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná e exerceu inúmeras outras funções honoríficas, beneficentes e culturais.

Casado com Dona Glicínia Pernetta de Lacerda, que deixa viúva, o Professor Joaquim teve desse matrimônio quatro filhos.

Deixa ainda, vivas, as irmãs Loures e Maria Thereza e os irmãos Manoel Jorthe e Francisco Brito de Lacerda.

O exemplo de dignidade pessoal, dedicação ao Direito e orientação aos jovens, expressado em vida pelo Dr. Joaquim, fica para a edificação dos pósteros e exaltação da memória paranista, merecendo este registro nos anais desta Legislatura.

REQUERIMENTO N° 89

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente aprovado por este Plenário, contendo votos de

pesar à viúva Sra. Helena Sarkis Melhem, pelo falecimento de seu marido o Sr. Kemel Sarkis Melhem.

Faleceu esta semana no município de Rebouças, um dos filhos mais importantes, empresário, Prefeito por três vezes, escolheu Rebouças para ali, contribuir sobremaneira para o progresso daquela municipalidade. Político honesto e empresário competente, deixará sem dúvidas, boas lembranças em nossos corações. À família enlutada as nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 01.03.93

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 60

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o registro em ata dos trabalhos, de voto de congratulações e muito aplauso, pela passagem do 1° aniversário da Boca Maldita da cidade legendária da LAPA, transcorrido dia 9 de fevereiro passado. Foi uma noite de gala, abrilhantada pelas presenças de ilustres personalidades da vida paranaense, que foram a LAPA, levar os cumprimentos pelo evento! Devemos destacar o trabalho do presidente da Boca Maldita da Lapa, Vereador e grande líder comunitário, Arthur Oscar Moreira, que tem feito uma grande administração. Ainda a se registrar, o comparecimento do Prefeito atual da Lapa, Joacir Gonsalves, que foi bastante cumprimentado. E por último, a presença e o carisma do presidente vitalício da Boca Maldita Nacional, com sede em nossa Capital, Anfrísio Siqueira! Movimentos desta natureza devem se multiplicar, pois enaltecem os valores culturais de um povo, de uma cidade. Daí o nosso pedido de que se faça o registro histórico nesta Casa de Leis!

Sala das Sessões, em 01.03.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 87

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ata da sessão de hoje, voto de congratulações ao Clube Pontagrossense, que, em convênio com a Secretaria Municipal de Esportes e Recreação de Ponta Grossa, elevou após 35 anos, o basquetebol pontagrossense, ao classificá-lo, por mérito conjunto, garantindo sua participação no maior campeonato nacional daquela modalidade, A Liga Nacional de 1992, iniciado no sábado próximo passado.

Mesmo enfrentando dificuldades, como falta de patrocínio e recursos para renovar o plantel Campeão Sul Brasileiro de

1992, o Clube Pontagrossense, como única equipe a representar o Paraná no IV Campeonato da Liga Nacional promovido pela Confederação Brasileira de Basquetebol, estreou sábado, com vitória, em Goiás.

Se o Paraná retorna à Liga Nacional, Ponta Grossa festeja seu retorno a um certame que reúne as melhores equipes do País e do mundo na atualidade.

REQUER, ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à Direção do Clube Pontagrossense, à Secretaria de Esportes e Recreação de Ponta Grossa, e que sejam estendidas congratulações ao corpo técnico e atletas que cumprem a nobre missão de bem representar Ponta Grossa e o Estado do Paraná em Competição de tão alto nível.

Sala das Sessões, em 01.03.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES.

REQUERIMENTO N° 90

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo Votos de Congratulações ao Jornal Diário Popular pela comemoração dos seus 30 anos de fundação e circulação ininterrupta no Estado do Paraná.

Conceituado veículo da imprensa paranaense, o Jornal Diário Popular tem participação da maior relevância na nossa história, registrando cotidianamente os fatos relativos à vida do Paraná, assim como colocando nossa população a par dos acontecimentos de todo o mundo.

Congratular-se com o Diário no momento em que atinge a marca dos 30 anos de fundação é parabenizar aquele jornal pela suas marcas indelévels de imprensa coerente, séria, responsável e compromissada com a verdade.

Sala das Sessões, em 01 de março de 1993.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 91

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Hospital Oswaldo Cruz pela comemoração dos seus 65 anos de fundação.

Fundado em 28 de janeiro de 1928, com o nome de "Hospital de Isolamento e Desinfectório Central", com a finalidade de atender às necessidades decorrentes das epidemias de tifo e da gripe espanhola, que nos anos 17 e 18 atemorizaram os curitibanos e tornaram transparente o desaparecimento do serviço sanitário estadual, o hospital mudou de nome em 1929, em homenagem ao grande sanitarista brasileiro, doutor Oswaldo Cruz.

Desde a sua fundação o hospital recebe os pacientes de doenças transmissíveis e os trata com a solidariedade que a maioria da sociedade ainda não aprendeu a ter ao longo de mais de seis décadas.

Funcionando no mesmo prédio, à rua Ubaldino do Amaral, 205, já tombado pelo patrimônio histórico, o Oswaldo Cruz oferece atualmente 52 leitos. A metade desse número é ocupada por pacientes de AIDS e o restante por doentes com meningite, hepatite e outros males que exigem isolamento.

Uma equipe de 22 médicos, duas psicólogas, duas assistentes sociais e dois fisioterapeutas, além do corpo de enfermagem, atende os doentes de Curitiba e da Região Metropolitana, em sua maioria, além de outras que vêm de pontos distantes em busca de tratamento.

Cumprimentar efusivamente o Oswaldo Cruz pela comemoração dos seus 65 anos de existência é registrar nos Anais da Assembléia a responsabilidade daquele hospital por uma parcela importante da história da saúde pública no Paraná.

Que do presente se dê ciência ao Secretário Estadual e ao Ministro de Estado da Saúde, à Diretoria do Hospital Oswaldo Cruz e a todos os envolvidos no excepcional trabalho desenvolvido junto à população do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 58

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de louvor ao Jornal Diário Popular, pela passagem de seu 30° (trigésimo) aniversário em 04 de março do corrente ano.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Diário Popular durante o seu tempo de existência, vem contribuindo significativamente com informações a nossa sociedade, demonstrando um trabalho jornalístico sério e competente.

Tal manifestação prende-se ao fato de reconhecermos a importância da imprensa escrita que a todo momento transmite a população os fatos e acontecimentos do nosso Estado e do nosso País. Ressaltamos que isso só é possível quando se tem no comando, pessoas de profundo conhecimento jornalístico e de grande responsabilidade, como é o caso do Diretor Presidente Jornalista Abdo Aref Kudry e sua equipe.

REQUERIMENTO N° 59

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições que o regimento permite, REQUER, após consultado o douto Plenário, que se inscreva nos Anais da Casa, voto de louvor e muito aplauso, ao Frei Miguel Botacin, vigário da Paróquia da Vila Nossa Senhora da Luz.

Trata-se de um grande líder comunitário, religioso, e responsável nestes últimos 25 anos, por uma das mais populosas e carentes paróquias de nossa Cidade.

No entanto, graças a sua liderança, ao seu carisma pessoal e cristão, tem conseguido destacar e levar sua paróquia a ser procurada por milhares de fiéis todos os dias. Gente como o Frei Miguel merece o carinho, o respeito e a admiração desta Casa.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 61

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se registre em Ata dos trabalhos desta Casa, de voto de louvor ao empresário Mário Luiz Szpak, conduzido à presidência do Sindicato do Comércio Varejista de Irati.

Trata-se de notável empresário, com grandes realizações e que chega ao comando do importante Sindicato patronal de Irati em decorrência do reconhecimento de sua liderança por parte de seus pares de Diretoria.

Desejamos sucesso, bastante realizações e a certeza de que fará um eficiente trabalho.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 63

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa, voto de louvor, com congratulações e muito aplauso ao acadêmico RICARDO ANTONIO S. BRIDI, que tendo prestado concurso vestibular no curso de Medicina, nas Universidades Federal do Paraná, Católica do Paraná e de Passo Fundo, conseguiu excelente aprovação em todas elas.

Foi uma bela conquista, um fato exemplar e que merece o reconhecimento de todos nós. Sabemos que um feito como este reflete uma boa educação, um carinho e zelo especiais por parte dos pais, neste caso o casal Adelino e Maria Lisete Bridi, que orgulhosos, com toda justiça, tem a certeza de que seu filho será um médico dedicado e muito capaz, sempre em defesa de sua comunidade que aprendeu a amar e de

quem muito se orgulha, sua cidade, Guarapuava.

Pedimos o registro à família.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 69

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor para a Companhia de Cervejaria Brahma, pela sua participação na programação FEST - VERA0-93, e no Carnaval das cidades do Litoral do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa privada do Estado do Paraná, foi de forma essencial valorizada nos aspectos econômicos e turísticos, não só pela mídia proporcionada durante a temporada de verão, mas pela efetiva participação meritória da Cia. Cervejaria Brahma que participou da programação FEST VERA0/93, nas praias do Paraná e ainda proporcionou de forma positiva uma ampliação no Carnaval das cidades de Antonina, Morretes e Paranaguá, valorizando com isso a participação coletiva das comunidades.

Dentro de um realismo os resultados foram essenciais, onde a visão futurista dos dirigentes da citada empresa, aliado ao excelente profissionalismo do seu corpo diretivo e funcionários mostraram ao Brasil as potencialidades do Paraná, não só na FEST-VERA0 mas ainda por ocasião dos festejos carnavalescos.

São iniciativas dessa natureza que valorizam ainda mais a Cia. Cervejaria Brahma, onde temos a destacar a ação profissional e o trabalho assíduo realizado por Vicente de Paula Conceição, Dir. de Vendas Sul; Antonio Chamone, Gerente Geral Paraná, Carlos Wagner de Almeida Santos, Gerente Comercial; Orlando Gianina, Gerente Comercial-Paraná; Luiz Carlos Torres, Analista de Merchandising; Ivanir Vicente de Moraes, Analista de Merchandising; Gilberto Dalabona, Gerente da Comercial Palmares de Bebidas Ltda. em Paranaguá; e as Promotoras de eventos Karem Cristine Veiga, Simone Alencar, Milena Halluche, Margareth Bonato Fávaro, Raquela Maile Paize, Catiane Zelak, Ana Paula Corrêa Antunes, que solicitamos sejam cientificados por essa Assembléia Legislativa da nossa iniciativa, cumprimentando a todos pelo excelente trabalho executado nas duas promoções, cujos resultados foram de grande valiosidade para toda a coletividade paranaense em termos promocionais, com isso ampliando o sistema de incentivos as iniciativas culturais do Estado do Paraná.

Também dentro desse contexto documen-

tal necessário se faz que a Diretoria em Curitiba da Cia. Cervejaria Brahma tome conhecimento desse voto de aplauso, como reconhecimento do excelente trabalho realizado.

REQUERIMENTO N° 62

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições que o regimento permite, vem propor que esta Casa registre em Ata de seus trabalhos, voto de aplauso, de congratulações, ao empresário João Inácio Kreuz, reconduzido à presidência do Sindicato de Comércio Varejista de Toledo, por unânime decisão de comerciantes daquela importante cidade.

João Inácio Kreuz tem sido um grande líder empresarial, tem sabido representar com brilho os anseios dos empresários de Toledo com muita justiça, foi reeleito para mais um mandato.

Com isto, ganham os empresários daquela região e de todo o Paraná, pois João Inácio Kreuz é também destacado integrante do quadro de Diretores da Federação do Comércio Varejista do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 65

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário VOTO DE APLAUSO a Secretaria do Esporte e Turismo pelo excelente trabalho realizado durante a temporada de verão nas praias do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Durante a temporada de verão as praias do Paraná acolheram um número grandioso de famílias das mais diversas regiões do Brasil de diferentes categorias sociais, onde as idades variadas as situaram com um programa de lazer bem estruturado que os atendeu com assiduidade e os estimulou a retornarem ao nosso Estado em anos futuros, em função dos atendimentos recebidos nessa área cuja competência é do Estado, e nesse sistema registra-se a atuação eficiente do programa elaborado pela Secretaria do Esporte e Turismo, onde houve a participação efetiva de um grupo de funcionários daquela pasta, destacando-se o trabalho dinâmico dos Assessores Marcos Venícius Maier, Maria Cecília e do próprio titular da Secretaria o Deputado Estadual José Afonso Júnior.

Nesse sentido, na condição de representante nessa Assembléia da região do Litoral Paranaense, e que convivemos com as realizações feitas, solicitamos um voto de

Curitiba, segunda, em 01.03.93

aplauso a Secretária do Esporte e Turismo, esperando que dentro das possibilidades do Governo Estadual, para o próximo ano seja ampliada essa iniciativa, atendendo outros balneários e com isso mostrando a produção do Paraná em termos turísticos, trazendo nesse importante setor um real crescimento.

Solicitamos que esse voto de aplauso, seja comunicado ao Governador Roberto Requião, bem como dado conhecimento aos interessados.

REQUERIMENTO N° 66

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário VOTO DE APLAUSO a GLOBOSAT pela excelente cobertura do FEST VERA0-93.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O vasto número de veranista que foram ao litoral paranaense nessa temporada de verão tiveram a satisfação de contemplar o excelente trabalho produzido em termos de mídia produzido pela GLOBOSAT, na área técnica da televisão, dando cobertura com destaque para todo o território nacional das atividades acontecidas nas praias do Paraná, e com isso trazendo novos turistas para conhecerem nossas potencialidades, numa ação que agradou a todos.

A cobertura dada trouxe ao Estado do Paraná reflexos positivos, diante do trabalho de primeira grandeza realizado pela GLOBOSAT, e com isso mostrou um novo lado em termos de comunicações de massa no Brasil, por isso, diante do significado do fato é que propomos o voto de aplauso, solicitando que seja a empresa comunicada de nossa decisão nessa Capital do Estado, na pessoa de Doutor Ivan Carta, Diretor Geral da Globosat.

REQUERIMENTO N° 67

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário VOTO DE APLAUSO para o Jornal Gazeta do Povo pela cobertura realizada nesta temporada de verão no litoral do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A informação espelhada no realismo dos acontecimentos existentes em todas as praias do Paraná numa cobertura jornalísticas das mais eficientes dos últimos anos foi realizado durante a temporada de verão pelo Jornal Gazeta do Povo, que por força do trabalho de sua valorosa equipe de funcionários também chegada as praias as pri-

meiras horas da madrugada, deixando os leitores com condições de ler em primeira mão as notícias das mais diversas.

Essa ação de prioridades enfatizada pelo citado veículo informativo, valorizou sobremaneira à comunidade paranaense que viu espelhadas nas páginas da Gazeta do Povo, um tipo de notícia diferenciada, cujos resultados positivos na maioria dos casos foram de utilidade pública. Por essa razão o voto de aplauso é oportuno, pelo significado amplo que esse jornal do Paraná realizou, e assim solicitamos que o doutor Francisco Cunha Pereira Filho seja comunicado dessa decisão, bem como, que comunique a todos os integrantes da empresa dessa iniciativa que ora propomos.

REQUERIMENTO N° 70

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, VOTO DE APLAUSO à Rede de Televisão Paranaense canal 12, pelo trabalho realizado durante a temporada de verão em favor do turismo no Paraná.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A imagem do turismo no Paraná durante o verão que está terminando, em nossas praias foi difundida com prioridade em diferentes pontos do território nacional, mostrando-se uma atuação nesse campo das mais eficientes, onde os telespectadores foram agraciados durante mais de 100 dias com imagens diretas dos balneários paranaense, com isso a Televisão Paranaense Canal 12, mostrou um trabalho técnico das mais eficientes em termos de Comunicação, valorizando sobre todos os aspectos as programações realizadas nas praias do Paraná e divulgando de forma concreta os acontecimentos das cidades do Litoral Paranaense.

Dentro dessa maneira inteligente, de fazer Televisão, o nosso Estado recebeu uma valorização toda especial, e por isso o voto de aplauso constitui ao nosso ver a fórmula exata de destacar o trabalho positivo de todo o corpo funcional dessa emissora que atuou durante o verão, que através da Direção deverá ser comunicado dessa decisão que propomos através desse requerimento, que solicitamos seja dado conhecimento ao Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor da citada emissora de televisão, pedindo que o mesmo também comunique aos seus funcionários desse nosso procedimento.

REQUERIMENTO N° 73

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, REQUER,

na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido a Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, nesta data, votos de congratulações e Moção de Apoio a SOFRE - Sociedade Brasileira de Apoio, Orientação e Proteção para Menores Filhos de Presidiários, pela sua Fundação em 21 de julho de 1992, através de seus membros representantes, abaixo citados.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência, aos Senhores Juarez Nicolino de Assis - Presidente (Rua Quinze de Novembro, 526 - Conjunto 212); Jose Alves de Souza Gouveia Júnior - Vice-Presidente (Rua Aristides Anelide Jr., 602 - Ap. 801); Edilson Aparecido Goes - Secretário (Rua Mal. Deodoro, 252 - 14º andar, conj. 1409); Hugo Sauturio Rogers - Tesoureiro (Rua Augusto Stambaek, 372 Bloco 02 Ap.07); João Pereira - Assessor Jurídico (Rua Reinaldino Schaffenberg de Quadros, 2595); Walter César dos Santos - Diretor Assuntos Sociais (Av. Iguaçu, 4000); Claudete Armacolo - Conselheira Fiscal (Pça. 08 de Janeiro, 631 - São José dos Pinhais); Dilma Garcia Molina - Conselheiro Fiscal (Rua Quinze de Novembro, 526, Cj. 212); Mary Norico Nakamo - Conselho Fiscal (Rua Euripedes Garcez do Nascimento, 939); Floriano Pereira da Silva - Conselho Fiscal (Rua Alecrins, 95 Ap. 04 Bl. 044 - Cj. Hab. Atenas I); Olga Guilhermina Simeão - Conselho Fiscal (Rua Augusto Stambak, 372 Bl. 02 Ap. 07); Marco Alberto Ksiazek - Conselho Fiscal (Av. Madri, 177, Bairro Rio Verde - Colombo - Pr.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

SOFRE - Sociedade Brasileira de Apoio, Orientação e Proteção para Menores Filhos de Presidiários, Entidade Sociedade Civil sem fins lucrativos tem por objetivo promover a defesa dos direitos dos dependentes dos presidiários condenados pela Justiça Estadual e Federal e, encarregados nos estabelecimentos penais sob a responsabilidade das secretarias da Justiça e da Cidadania, Segurança Pública e do Trabalho e Ação Social, em todo o território Nacional, elementos esses muitas vezes despojados do mais sagrado direito do cidadão que é o pátrio poder.

Foi com este propósito que aos vinte e um dias do mês de julho de mil novecentos e noventa e dois, reuniram-se um grupo de pessoas da comunidade, empresários, trabalhadores, donas de casa, advogados, professores e fundaram a Sociedade aprovando o Anteprojeto do Estatuto Social.

A necessidade de se criar uma sociedade civil de âmbito Nacional, com objetivos bem definidos no sentido mais amplo, de apoiar, proteger, orientar, resguardar e

defender sob todos os ângulos, os filhos e dependentes dos apenados, das injunções a que diariamente sofrem, por encontrarem-se sem orientação para o seu desenvolvimento moral e material, muitas das vezes também vítimas da própria sociedade em que vivemos.

Cito alguns dos nobres objetivos da entidade para registrar a sua clareza de propósito e a magnitude do alcance social a que se presta.

I - Defender legalmente em todo território nacional perante o Poder Público Federal, Estadual e Municipal, inclusive em questões que envolvam interesses familiares, profissionais representantes de entidades correlatas de âmbito Estadual e dependentes de presidiários em todo território do município de Curitiba.

II - Promover o desenvolvimento e integração com entidade afins incrementando o intercâmbio de experiência, de formação, de material documentário, cultural e social.

III - Estender seus serviços a todos os segmentos que profissionalmente contribuam técnica e socialmente com as classes de representantes de entidades de defesa do menor e do adolescente e principalmente dos menores recolhidos, nas unidades correccionais em todo o País.

IV - Proporcionar e/ou auxiliar a realização de cursos de formação que venham integrar o menor delinquente na sociedade através de mão-de-obra especializada com aperfeiçoamento junto à comunidade trabalhadora em geral.

V - Promover, proporcionar e gerar através de convênio e serviços planos sociais de valorização e preservação da vida aos dependentes dos apenados no País.

VI - Realizar e/ou proporcionar eventos esportivos e lazer a comunidade representativa.

VII - Proporcionar, gerar e manter canal de agenciamento de encaminhamentos de empregos para menores conjuntamente com empresários das áreas têxteis, mecânicas, comercial e industrial gerando apoio social.

VIII - Assinar com entidades públicas e privadas, convênios ou contratos de prestação de serviços técnicos, sociais, gerenciamento total ou parcial de serviços sociais e/ou culturais e/ou esportivos e/ou de lazer.

IX - Editar jornais, revistas, boletins, livros técnicos e didáticos de envolvimento social, cultural, esportiva e lazer.

X - Outras.

A entidade incorpora o seu Estatuto Social ao Estatuto da Criança e do Adolescente da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e se encontra instalada a sua sede à

Curitiba, segunda, em 01.03.93

Rua XV de Novembro, 526 - Cj. 211 - Curitiba-Pr.

Trata-se de uma entidade de grande alcance social.

REQUERIMENTO Nº 83

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício ao Senhor Presidente do egrégio Tribunal do Estado do Paraná, Desembargador Ronald Accioli da Costa, encarecendo a importância da criação das comarcas de Mandirituba, Quitandinha, Fazenda Rio Grande e Tijucas do Sul.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Os municípios de Mandirituba, Quitandinha, Fazenda Rio Grande e Tijucas do Sul têm população, número de eleitores, capacidade econômica e movimento forense superiores a muitos municípios que já são comarcas. Além disso, estão situados a grandes distâncias territoriais das respectivas sedes de comarca, acarretando com isso sacrifícios às populações, que têm que vencer longos percursos, às vezes, apenas para promover o registro de um imóvel, para não considerar as dificuldades que enfrentam quando têm que propor ou responder a ações judiciais.

Data vênua, o egrégio Tribunal de Justiça deve acompanhar a orientação do governador Roberto Requião, que determinou ao seu Secretariado o estabelecimento de um plano prioritário de investimentos na Região Metropolitana de Curitiba, para reduzir as desigualdades entre a Capital do Estado e os municípios de sua periferia e do Sul do Paraná.

Fazenda Rio Grande é exemplo do tratamento injusto que aquelas comunidades vêm recebendo. O novo município conta, hoje, com aproximadamente 45 mil habitantes e mais de 200 quilômetros de ruas abertas, sem qualquer infraestrutura, problemas que se agravam em dias de chuva, dificultando até o trânsito de pedestres.

Fazenda Rio Grande foi citada, no último censo do IBGE, como primeiro município do Paraná e o sétimo do Brasil em crescimento.

Daí a justiça da criação daquelas comarcas, cuja importância justifica plenamente o investimento do Tribunal.

REQUERIMENTO Nº 53

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, renovando apelo já feito anteriormente

nesta Casa de Leis, no sentido de dotar de iluminação pública o trecho rodoviário entre o CAMPUS UNIVERSITÁRIO e o CONJUNTO TROPICAL, em Arapongas, bem como a melhoria do VIADUTO que liga as rodovias PR-444 e PR-218.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 54

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, envio de expediente oficial ao Ilmo. Senhor Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Presidente da Fundação Educacional do Estado do Paraná, renovando pedido anterior, ratifica solicitação para a construção de um "Ginásio de Esportes" anexo ao Colégio Estadual Marquês de Caravelas da cidade de Arapongas.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Marquês de Caravelas é o maior e mais antigo de Arapongas, possuindo atualmente um contingente que varia de 3.800 (três mil e oitocentos) a 4.200 (quatro mil e duzentos) alunos em várias séries.

Contudo, não possui o referido Colégio Estadual uma quadra adequada à prática permanente de esportes, sequer para a prática obrigatória das aulas de Educação Física cujo ministério decorre mais do empenho do corpo docente do que de recursos materiais oferecidos.

Inobstante tal fato, é o Colégio Estadual "Marquês de Caravelas" um dos mais destacados nos campeonatos esportivos locais e regionais que se tem realizado.

Por isso tudo é o presente apelo no sentido de que a FUNDEPAR independentemente de não ter havido no orçamento estadual verba para tal, ali faça construir uma quadra moderna de esportes, com arquibancadas para os grandes acontecimentos cívicos e esportivos, e, com isso, dê oportunidade para o crescimento físico e cívico da população estudantil do Município.

REQUERIMENTO N° 55

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, renovando apelo já feito anteriormente no sentido de criar o curso de 2° grau, na Escola Estadual "Francisco Ferreira Bastos", na cidade de Arapongas.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 56

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Dr. ROBERTO REQUIÃO, Digníssimo Governador do Estado, expediente oficial, apelando para que Sua Excelência, junto aos órgãos encarregados do problema habitacional paranaense, viabilize estudos para ampliar de 161 (cento e sessenta e uma) conforme previsto orçamentariamente para 1993, para 1000 (hum mil) as unidades residenciais a serem construídos no município de Arapongas.

É que o deficit habitacional deste Município, alcança a ordem de 5000 (cinco mil) unidades e o orçamento da Secretaria Especial de Habitação estabeleceu a ínfima quantidade de 161 (cento e sessenta e uma) unidades (documento anexo) para atender aquelas necessidades.

Não precisava dizer, e o Governador disso bem sabe, que Arapongas é um os municípios do nosso Estado que com seus 70.000 habitantes, conta com uma força de trabalho gerado por mais de (300) trezentas indústrias em pleno funcionamento, possui (12) doze agências bancárias e hoje se constitui num pólo industrial onde situa-se o entroncamento rodoviário da Rede Ferroviária, BR-369, PR-444 e PR-218.

Gerando empregos, Arapongas necessita abrigar centenas e centenas de operários que por lá aparecem e se fixam em seus domínios, carecendo a maior parte, de local para morar.

Sendo uma das metas do Governador eliminar a carência habitacional em nosso Estado, com "slogan" inclusive de "Teto para Todos", justo é o meu apelo que procura sensibilizar o Chefe do Poder Executivo para este problema crucial de nosso Município.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 72

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos financeiros para a construção de unidades de escolas oficinas no município de IVATÉ.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Oficina sugere uma proposta de trabalho educativo e pedagógico mais próximo da realidade e das necessidades

das crianças e dos adolescentes do campo, na certeza de que a escola pública assumira suas funções sociais.

Neste sentido, tem como principal proposta pedagógica o trabalho com adolescentes vitimizados, a fim de profissionalizá-los e de resgatar seus direitos enquanto cidadãos e pessoas em desenvolvimento.

Com esse objetivo, requero recursos financeiros para que seja construída tão importante obra no município.

REQUERIMENTO Nº 74

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado estudos e viabilizado recursos financeiros para a construção de guarita nas margens da rodovia PR 323, no trecho que liga o distrito de LOVAT a sede do município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de reivindicação da população usuária daquele trecho que merecem mais conforto e segurança ao utilizarem os pontos de parada de ônibus. O trecho Lovat, que é distrito de Umuarama, e a sede do município apresenta intenso movimento dos mais variados veículos pesados e leves que transitam quase pelo acostamento causando apreensão as famílias usuárias. São estudantes, crianças, pessoas idosas, durante o dia de sol e chuva sem abrigo. Os riscos de atropelamento e o desconforto nos obriga a reivindicar a participação do Governo em proceder tal benfeitoria.

REQUERIMENTO Nº 75

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a aquisição e distribuição de viaturas, equipamentos e armas para polícia civil e militar do município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As questões envolvendo a insegurança da comunidade, o aumento da criminalidade e a crescente onda de violência que vem avançando para o interior do Estado é fruto de flagrantes e denunciados casos de injustiça social.

São desequilíbrios sócio-econômicos,

são disparidades entre o trabalho e o capital, e o desemprego que cresce assustadoramente, e a recessão. Enfim são consequências do inchaço populacional nos grandes centros e consequente esvaziamento do campo.

A cidade vive esse drama. A sociedade precisa e clama por proteção, pela presença de policiamento. Hoje a segurança pública é item primeiro no rol de reivindicações das famílias brasileiras. E o Estado precisa estar preparado para dar resposta a essa reivindicação, para tanto, solicito a Vossa Excelência, mais recursos para a Polícia Militar e Civil no município, oferecendo mais tranquilidade para a população.

REQUERIMENTO Nº 76

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Paulo Roberto Cordeiro, digníssimo Presidente da TELEPAR, no sentido de que sejam viabilizados estudos e futura instalação de um Posto de Serviços Telefônicos na Zona Rural - Placa Tupi e Florida Aparecida, no município de Iporã.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando a importância das localidades da Placa Tupi e Florida Aparecida, no município de IPORÃ e considerando a elevada densidade demográfica das mesmas, que se encontram totalmente às margens dos benefícios de telefonia, vez que se localiza a considerada distância dos centros que possuem postos de serviços telefônicos, e sugerimos a Telepar a instalação de P.S. nesta localidade.

REQUERIMENTO Nº 77

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Mauricio Requião de Mello e Silva, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que viabilize estudos visando a liberação de recursos financeiros, através de convênio com a Prefeitura, objetivando a reforma e recuperação da rede escolar do município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Os estabelecimentos de ensino estaduais e municipais, se encontram em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deteriorização se encon-

tra em avançado estágio, precisando urgentes medidas da FUNDEPAR, no sentido de realizar reformas e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 78

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Mario Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizado a realização de obras importantes e urgentes no município de Cafetal do Sul, conforme justificativa.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o município de Cafetal do Sul, um dos mais recentes municípios do Paraná, desmembrado de Iporã, em que pese o fato de dispor já de vários e importantes melhoramentos públicos, carece ainda de certas obras de infra-estrutura necessárias e importantes para a sua completa consolidação, sugerimos ao Secretário dos Transportes a realização das seguintes obras de serviços:

- colocação de pedras irregulares na Av. Willie Davids, no trecho entre a rua Rio Grande do Norte até a Rodovia PR 323;
- construção de um trevo de acesso na PR 485 que liga a sede a cidade de Pérola;
- pedras irregulares na estrada que liga o Distrito de Jangada ao município de Alto Piquiri, num trecho de 07 Km, passando pela Gleba 04;
- colocação de pedras irregulares na estrada que faz ligação do Distrito de Jangada ao Município de Iporã, numa distância de aproximadamente 28 Km.

REQUERIMENTO N° 88

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando urgentes providências que redundem na aquisição, pelo Estado, de obras literárias e educativas para posterior distribuição e reposição nas bibliotecas públicas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

O que se busca com esta proposição é a reposição urgente, renovação e ampliação do acervo disponível, nas bibliotecas públicas do Estado do Paraná, não apenas

na Capital do Estado, mas também nas bibliotecas públicas no Interior do Estado, onde não se encontram obras condizentes com as necessidades dos estudantes, para pesquisa, estudo, ou mesmo pelo simples lazer da leitura.

A reclamação é geral das autoridades educacionais e culturais em todo o Paraná, tendo em vista o sucateamento do acervo disponível naqueles locais destinados a difusão cultural/educacional, o que não condiz com as metas das autoridades paranaenses.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 031/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Mariental, com território desmembrado do município da Lapa com sede na localidade de Vila Mariental e com as seguintes divisas e confrontações:

"Ao norte, divide com o município de Balsa Nova pelo Rio Iguaçu; ao nordeste, leste e sudeste com o município de Contenda, partindo da foz do Rio Turvo ou Espigão da Luchinska, seguindo por este, até a nascente junto a BR-476, atravessando esta e seguindo em linha seca até encontrar a nascente do Ribeirão da Lavrinha ou Rio do Poço, seguindo por este, até a localidade de São João do Caíva; ao sudeste e sul dividido pelo município de Quitandinha, ainda pelo mesmo Rio do Poço até encontrar o Rio da Várzea, seguindo por este até a foz do Rio da Estiva; ao sudoeste, oeste e noroeste dividindo com o município da Lapa, iniciando na foz do rio Estiva, seguindo por este até sua nascente, isto é, Rio das Porteiras ou da Barra, próximo da BR-476, atravessando esta, até encontrar a nascente do Rio Corisco, e seguindo por este até encontrar o Rio Iguaçu. Ponto inicial e final".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

O Município cuja criação proposta situa-se na região sul do Paraná, numa área essencialmente agrícola com produções de batata, feijão, milho, maçã, bem como criação do gado e similares. Possui um incubatório de aves com a capacidade para aproximadamente 2000/mês.

Inclusive a região conta com vários locais de exploração de areia, bem como

indústrias de esquadrias, várias escolas em amplo funcionamento, tendo uma cooperativa agrícola com produção de 5000 toneladas de maçã por safra.

Tudo em um cenário de uma fotografia bela, fazendo pressupor que o novo município terá prosperidade graças ao trabalho de sua população, que conta em mais de 8.000 habitantes.

Queremos dizer que este município está sendo criado em virtude das necessidades que a população reconhece, obedecendo os requisitos básicos previstos na Constituição Estadual, bem como na Lei Complementar nº 55, razão pela qual temos a certeza de que estamos criando um município auto-suficiente que dará grande desenvolvimento à região e ao Estado.

PROJETO DE LEI Nº 032/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Comunitária do Bairro São João, com sede e foro no município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Creche Comunitária do Bairro São João, do Município de Pato Branco, é uma Associação Civil constituída sem fins lucrativos.

Fundada no ano de 1990, tem como finalidade precípua a assistência a crianças, filhas de trabalhadores residentes no bairro São João, município de Pato Branco, com idade de zero a seis anos, objetivando o amparo moral, social, cultural e material, sempre atuando em acordo com as normas baixadas pela leiãõ Brasileira de Assistência, prestando relevantes serviços à Comunidade de Pato Branco.

A Proposição Legislativa, está em perfeita consonância com ditâmes da Lei Estadual nº 6.774, de 10 de janeiro de 1978, que normatiza a matéria de Declaração de Utilidade Pública, estando a entidade em atividade, possuindo personalidade jurídica a mais de um ano, pois a mesma fora registrada em data de 06 de abril do ano de 1990, como comprova a farta documentação em apenso.

Em se tratando de Instituição de cunho filantrópico e amparo social, os membros Diretores não percebem qualquer remuneração pelo desempenho de suas funções, segundo reza o Artigo 16, do Estatuto Social da Creche Comunitária do Bairro São João.

Sendo assim, rendendo votos de regozijo, pela satisfação, pela presente propositura, que objetiva declarar de Utilidade Pública uma entidade que tanto faz pelo engrandecimento do Bairro de São João e pelo município de Pato Branco, demonstradas pelas obras e atividades já realizadas, só nos resta solicitar aos nobres Pares Parlamentares desta Assembléia Legislativa, o apoioamento integral ao Projeto de Lei que ora apresentamos, por se constituir em medida justa e meritória.

EM ANEXO:

- a) Cópia do estatuto Social da Creche Comunitária do Bairro São João - Registrada às folhas sob nº 563, do Livro A nº 3, do Registro de Títulos e Documentos do município de Pato Branco, em data de 06 de abril de 1990.
- b) Cópia da Publicação do Estatuto Social da entidade.
- c) Ata da 1ª Assembléia Geral.
- d) Certidão de Registro da Entidade.
- e) Ata da Assembléia Geral de Fundação da Entidade.
- f) Atestado de idoneidade Moral dos Representantes da Entidade.
- g) Relatório de Atividades do ano de 1990.
- h) Relatório de Atividades do ano de 1991.
- i) Relatório de Atividades do ano de 1992.
- j) Declaração de pleno funcionamento da Entidade.
- l) C.G.C. e Balancetes da entidade.

PROJETO DE LEI Nº 33/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Entidade Sociedade Brasileira de Apoio, Orientação e Proteção para Menores Filhos de Presidiários, S.O.F.R.E., com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

SOFRE - Sociedade Brasileira de Apoio, Orientação e Proteção para Menores Filhos de Presidiários, Entidade Sociedade Civil sem fins lucrativos tem por objetivo promover a defesa dos direitos dos dependentes dos presidiários, condenados pela Justiça Estadual e Federal e, encarcerados nos estabelecimentos penais sob a responsabilidade das secretarias da Justiça e da Cidadania, Segurança Pública e do Trabalho e Ação Social, em todo o território Nacional, elemento esses muitas vezes despojado do mais sagrado direito do cidadão que é pátrio poder.

Foi com este propósito que aos vinte e um dias do mês de julho, de hum mil novecentos e noventa e dois, reuniram-se um grupo de pessoas da comunidade, empresários, trabalhadores, donas de casa, advogados, professores e fundaram a sociedade aprovando o Anteprojeto do Estatuto Social.

A necessidade de se criar uma sociedade civil de âmbito nacional, com objetivo bem definido no sentido mais amplo, de apoiar, proteger, orientar, resguardar e defender sob todos os ângulos, os filhos e dependentes dos apenados, das injunções a que diariamente sofrem, por encontrarem-se sem orientação para o seu desenvolvimento moral e material, muitas das vezes também vítimas da própria sociedade em que vivemos.

Cito alguns dos nobres objetivos da Entidade para registrar a sua clareza de propósito e a magnitude do alcance social a que se presta.

I - Defender legalmente em todo território nacional perante o Poder Público Federal, Estadual e Municipal, profissionais representantes de entidades correlatas de âmbito Estadual e dependentes de presidiários em todo território do município de Curitiba.

II - Promover o desenvolvimento e integração com entidades afins incrementando o intercâmbio de experiência, de formação, de material documentário, cultural e social.

III - Estender seus serviços a todos os segmentos que profissionalmente contribuam técnica e socialmente com as classes de representantes de entidades de defesa do menor e do adolescente e principalmente dos menores recolhidos nas unidades correccionais em todo o País.

IV - Proporcionar e/ou auxiliar a realização de cursos de formação que venham integrar o menor delinquente na sociedade através de mão-de-obra especializada com aperfeiçoamento junto a comunidade de trabalhadora em geral.

V - Promover, proporcionar e gerar através de convênio e serviços planos sociais de valorização e preservação da vida aos dependentes dos apenados no País.

VI - Realizar e/ou proporcionar eventos esportivos e lazer a comunidade representativa.

VII - Proporcionar, gerar e manter canal de agenciamento de encaminhamentos de empregos para menores conjuntamente com empresários das áreas têxteis, mecânicas, comercial e industrial, gerando apoio social.

VIII - Assinar com entidades públicas e privadas, convênios ou contratos de prestação de serviços técnicos, sociais, gerenciamento total ou parcial de serviços

sociais e/ou culturais esportivos e/ou de lazer.

IX - Editar jornais, revistas, boletins, livros técnicos e didáticos de envolvimento social, cultural, esportiva e lazer.

X - Outras.

A Entidade incorpora o seu Estatuto Social ao Estatuto da Criança e do Adolescente da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, e se encontra instalada a sua sede à Rua XV de Novembro, 526 - Cj. 211 - Curitiba-Paraná.

Trata-se de uma entidade de grande alcance social.

PROJETO DE LEI Nº 034/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "CENTRO ASSISTENCIAL DA DIOCESE DE TOLEDO", com sede e foro na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Conforme preceitos estatutários, o Centro Assistencial da Diocese de Toledo, contempla e prioriza a Formação da Pessoa Humana no Campo Educacional, de assistência social e atualmente, com alto impulso, em relação ao Menor Abandonado, especialmente o Menor de Rua.

A entidade vem cumprindo há longo tempo sua responsabilidade, somando esforços para minimizar o sofrimento e oportunizando ao Menor condições mais favoráveis para o desenvolvimento total da sua dignidade como pessoa humana. Mantém o seu trabalho não olhando o Menor como sendo um problema, mas como uma esperança, um ser que poderá, no dia de amanhã, galgar altos cargos na sociedade, participar ativamente, porque é solidária, assumindo uma posição de construtora de uma sociedade justa e fraterna.

Conforme prova Certidão expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, o Centro Assistencial da Diocese de Toledo teve seu registro formalizado em data de 16 de agosto de 1966, de cuja data, vem prestando seus relevantes serviços à comunidade de Toledo e região de abrangência da Diocese.

Para que o Centro Assistencial da Diocese de Toledo possa melhor servir e se mais eficiente na consecução de suas finalidades, é justo que seja reconhecido com UTILIDADE PÚBLICA, pelos nobres Deputado

PROJETO DE LEI N° 35/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Todos os hospitais e congêneres com sede no território do Estado do Paraná ficam obrigados a instalar em suas lavanderias o sistema denominado "Barreira de Contaminação", também conhecida por Barreira Anti-Infecção.

§ 1° - A Barreira de Contaminação consiste na separação e isolamento físico total entre as chamadas Área Contaminada (de separação, lavagem e centrifugação) e a Área Limpa (destinada as operações complementares de lavanderia), evitando que a roupa hospitalar, já processada, entre em contato com a roupa suja, água já utilizada, em um mesmo ambiente contaminado.

§ 2° - O "caput" do presente artigo aplica-se aos estabelecimentos hospitalares, públicos, privados, prestadores de serviços particulares ou conveniados e que possuam ou não unidades extensivas, tais como, maternidade, obstetrícias, blocos cirúrgicos, pediatrias, pronto-socorro ou ambulatórios.

§ 3° - Não são abrangidos pela presente Lei os asilos para longa permanência e que não possuam tratamentos clínicos de saúde de origem patogênica.

Art. 2° - Para a aplicação da presente Lei deverão ser observadas integralmente as normas de construção e instalações do Hospital Geral do Ministério da Saúde, devendo também serem adotados equipamentos e máquinas que garantam a estanqueidade absoluta entre a Área Contaminada e a Área Limpa da lavanderia hospitalar, com portas opostas, hermeticamente seladas, para acesso e retirada da roupa processada, independentemente uma da outra, interligando os espaços mencionados sem o risco da disseminação endêmica dos elementos de contágio patológico.

Art. 3° - Sendo a roupa hospitalar processada em local externo ao hospital, também aplica-se o previsto na presente Lei.

Art. 4° - Os estabelecimentos hospitalares deverão, no prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar da entrada em vigência da presente Lei, adaptar suas lavanderias ao disposto.

Parágrafo Único - Ficam os hospitais obrigados ao treinamento para qualificação de pessoal para o trabalho nas lavanderias, de acordo com as técnicas atualizadas para o devido processamento da roupa

hospitalar.

Art. 5° - Fica a Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, através dos setores competentes, responsável pela fiscalização da execução das determinações constantes nesta Lei.

Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A infecção hospitalar sempre foi e continua sendo um dos mais graves problemas enfrentados pelos hospitais, resultando em gastos extraordinários que bem podem, senão integralmente, ao menos em parte, serem minimizados com a adoção de medidas básicas de combate à contaminação.

Esta contaminação é um processo infeccioso transmitido no ambiente hospitalar diferente da patologia primeira apresentada, e pode atingir além dos pacientes, também médicos, enfermeiros e demais funcionários.

É a terceira causa de óbitos no País, sendo que os custos em vidas e recursos para o tratamento das pessoas infectadas atinge níveis dramáticos.

Só no ano de 1991, em todo o Brasil, quase 1,5 milhão de pacientes foram atingidos por este mal, representando, segundo estimativas técnicas, cerca de 10% (dez por cento) das internações.

Como se sabe, a infecção ou contaminação hospitalar é o aparecimento de microorganismos patogênicos no ambiente hospitalar, sendo conhecidos vulgarmente por vírus ou bactérias.

São provenientes de funcionários, acompanhantes dos pacientes, visitantes e dos próprios doentes, internados ou não.

Dentre os focos principais, os técnicos são unânimes em apontar as lavanderias hospitalares inadequadas, que são a maioria das existentes - porque não possuem a barreira de contaminação e os fômites que são todos os objetos que tocam os pacientes. O próprio ar local pode estar contaminado.

Minuciosas pesquisas neste sentido, realizadas em todo mundo e também no Brasil, apontam que a pior e mais contaminada área do hospital está na lavanderia, e é justamente o espaço destinado à separação, preparo, lavagem e centrifugação, cujas características são mau odor, altíssimo risco de contaminação e fadiga.

Alguns técnicos apontam esta chamada Área Contaminada como principal disseminador para o contágio; uma verdadeira central de microorganismos patogênicos.

Estudos científicos comprovam tamanha

disseminação bacteriológica ou virulenta nas lavanderias irregulares, que as roupas processadas sem os devidos cuidados - por falta da Barreira de Contaminação - ao retornarem para uso apresentam-se mais contaminadas do que antes de passarem por estes espaços, que certamente, deveriam garantir a desinfecção ou descontaminação, antissepsia, assepsia, esterilização e higienização.

A lavanderia, dentro do complexo hospitalar, é, portanto, de suma importância, pois da eficácia de seu funcionamento depende a eficiência do hospital, refletindo-se no rígido controle das infecções, recuperação, conforto da equipe de trabalho, racionalização de tempo e material, redução dos custos operacionais e garantia a todos de que, de uma forma ou de outra, vejam-se obrigados a permanecer por qualquer tempo no ambiente hospitalar.

O processamento incondizente da roupa em um ambiente único, utilizado nas lavanderias hospitalares tradicionais, propicia a recontaminação constante da roupa limpa, pois o alto índice de microorganismos jogados ao ar durante o processo de separação da roupa suja contamina todo o ambiente circundante.

É fundamental, por isso, que se isole totalmente o ambiente de separação da roupa, do restante da lavanderia, evitando-se a dispersão dos microorganismos patogênicos, utilizando-se de eficientes equipamentos e máquinas modernas de desinfecção, com duas portas, conforme o texto da proposição.

Esta barreira divide absolutamente a lavanderia hospitalar em duas áreas distintas:

- 1) Área Suja ou Contaminada: utilizada para separação e lavagem;
- 2) Área Limpa: para acabamento e guarda.

A obrigatoriedade da Barreira de Contaminação ou Anti-Infecção nos hospitais e congêneres previstos nesta proposição, já é lei a vigorar em outros Estados, observando-se as normatizações do Ministério da Saúde.

O setor mais menosprezado da maioria dos hospitais, apresenta assim, um significado muito além do que se imagina para as finanças e a saúde do mesmo.

Com uma implantação da Barreira de Contaminação correta, reformas adequadas na lavanderia e uma administração do espaço, com pessoal qualificado, os hospitais em geral poderão apresentar real minimização nos seus custos operacionais, o que equivaleria dizer, a um razoável lucro, segundo apregoam técnicos e comprovam as direções de hospitais - e são poucos - que já implantaram a Barreira de Contaminação em suas lavanderias.

Por estas razões, pedimos o apoio dos

ilustres Pares com assento nesta egrégia Casa de Leis a fim de que aproveemos este projeto a fim de minimizar os graves problemas decorrentes da falta de higiene adequada nos hospitais do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está aberta a presente sessão.
Está em discussão a Ata.
Em votação.
(Aprovada).

Solicito ao Sr. 1º Secretário Heinz Herwig que proceda a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Heinz Herwig) - Procede à leitura do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Andei dez minutos fazendo vistas aos jornais do último domingo e deparei com uma manchete entre as principais do Jornal "Folha de São Paulo" - do dia de ontem - segundo a qual crianças de quatro anos são bóias-frias no Paraná. Cerca de 4 mil meninos trabalham até dez horas por dia na colheita de algodão no Noroeste do Estado. Ainda no último sábado, reunido com os Prefeitos da Associação dos Municípios do Noroeste do Estado - lá conosco os Deputados Cleiton, Arlindo Troian e João Preis - ouvíamos um depoimento dos mais dramáticos do conjunto dos Prefeitos que integram a Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná.

Dessa reunião pudemos extrair como bandeira principal de luta que pretendemos exercer aqui no Parlamento, a luta contra uma das formas mais perversas de corrupção expressa na sonegação dos tributos e nas injustiças sociais que se repetem em regiões empobrecidas, como é o caso da Região Noroeste do Paraná, também responsável pela nossa presença, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aqui na Assembléia Legislativa.

Essa matéria, Deputado Arlindo Troian que contém depoimentos de várias lideranças expressivas da Região, inclusive apresentada por V.Exa., se traduz numa matéria, numa reportagem assinada por Amaur Ribeiro Júnior, que diz o seguinte - quero fazer o registro aqui nos Anais desta Casa, e em seguida, propor as medidas que este Poder pode adotar para minimizar e equacionar os graves dramas que aflige a nossa juventude, os trabalhadores e também as nossas crianças - (Lê):

"A fome e o desemprego estão obrigando meninos e meninas de quatro anos de idade a trabalhar mais de 10 horas por dia como bóias-frias na colheita de algodão no Município de Querência do Norte" - onde tive expressiva votação ao lado do Deputado Neivo Beraldin - "- Município do Noroeste do Paraná a 620 km de Curitiba -, eles são chamados de 'órfãos da colheita', como os demais bóias-frias, trabalham sem seguro e sem garantia trabalhistas e vivem pendurados nas carrocerias abertas dos caminhões".

Em que pese o Projeto de Lei de autoria do ex-Governador Álvaro Dias aprovado por esta Casa, que garante, como direito dos trabalhadores, o direito ao transporte seguro, nas rodovias que transportam trabalhadores rurais e em especial os bóias-frias.

"Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Querência do Norte, cerca de 4 mil crianças do Município de Querência do Norte, Porto Rico, Santa Cruz de Monte Castelo e Santa Izabel do Ivaí são obrigadas a trabalhar desde os 4 anos para aumentar o rendimento familiar. Eles andam apertados em caminhões, sem nenhuma segurança conduzidos por motoristas sem carteira de habilitação e às vezes trabalham mais que os próprios adultos, disse o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura de Querência do Norte Antônio Noberto Possi.

Antonio Norberto Possi acusa os produtores agrícolas de descumprir o acordo coletivo de trabalho que prevê o transporte das crianças e outros boias-frias em ônibus. As estatísticas dos sindicatos coincidem com o levantamento da Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo."

O Prefeito de Santa Cruz de Monte Castelo ainda hoje pela manhã esteve conosco e segundo ele, 80% dos 10 mil habitantes do Município de Monte Castelo se transformaram em bóias-frias e, 15% desse percentual é fornado por crianças.

Em requerimento próprio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vamos consignar o inteiro teor desta reportagem de página inteira da "Folha de São Paulo" do último domingo, dando conta de proposta e de graves injustiças praticadas contra os trabalhadores e, principalmente contra as crianças.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não podemos ficar só nas denúncias. Quando vi minutos atrás essa reportagem, lembrei-me de um velho texto. São textos selecionados produzidos pelo Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa. Idéias políticas de João Mangabeira. Em 1935 o então Deputado João Mangabeira apresentava requerimento ao Congresso Nacional nos seguintes termos - Requerimento que preten-

Curitiba, segunda, em 01.03.93

do, em conjunto com os colegas desta Casa fazer hoje, em 1993 traduzir-se em ação deste Parlamento.

Dizia João Mangabeira em 1935 (Lê): "Requeremos nos termos da Constituição, seja criado uma Comissão de Inquérito composta por 11 membros que faça uma pesquisa sobre as condições reais de vida em todo País do trabalhador urbano e rural, inclusive, o que labuta nas minas e que se verifique se recebe um salário que lhe possibilite uma existência digna, bem como, se realmente são cumpridas as disposições da Constituição e das leis que amparam os empregados.

O inquérito deverá abranger também a situação do pequeno camponês e a Comissão deverá apresentar seu relatório e propor as medidas necessárias até o fim da presente sessão".

Pretendemos, portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, apresentar requerimento amanhã para ser subscrito pelo conjunto dos Parlamentares para que não seja uma iniciativa isolada de um Parlamentar. Creio que é possível reunir um amplo consenso das forças políticas desta Casa para instaurarmos uma CPI que investigue com seriedade e profundidade as injustiças e crimes que vêm se perpetrando contra os trabalhadores da cidade e do campo.

E para que esta reportagem da "Folha de São Paulo" que reproduz outras denúncias como a feita pelos jornalistas Gilberto Gimenstei em "Obra própria", conhecida nacionalmente para que nós possamos, aqui no Estado do Paraná, num esforço do conjunto das forças políticas, equacionar e indicar caminhos para que o Governo da República, o Governo do Estado e o Governo dos Municípios, conjugados, possam apontar o caminho da salvação da República; possam apontar o caminho do federalismo; possam apontar o caminho da justiça social.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fica aqui a denúncia das mais sérias e graves. Como também fica aqui a proposta para que nós unanimemente, unificadamente, no conjunto das forças políticas instauremos importante Comissão Parlamentar de Inquérito para, lá no campo, lá nas minas, nas universidades, lá onde estão os trabalhadores na roça, possamos investigar e levar a palavra autorizada do Parlamento do Paraná em defesa dos direitos da cidadania, em defesa dos direitos dos trabalhadores paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Se-

nhores Deputados.

Neste início dos trabalhos deste 2º Período Legislativo da nossa Casa de Leis, faço uso da tribuna para deixar registrado, uma vez mais, a grande preocupação do povo sulista.

Primeiramente no que diz respeito às agências do Banco do Brasil do Município de Teixeira Soares e do Município de Rio Azul, assunto este que durante o ano passado foram inúmeras as vezes que usamos esta tribuna, para contestar com o fechamento destas duas agências. Não foi nem uma nem duas vezes que trouxemos ao conhecimento da Casa a tristeza que invadiu o coração e a alma do povo de Teixeira Soares e de Rio Azul, quando numa medida abrupta, fecharam aquelas duas agências. E é bom lembrar que no Município de Teixeira Soares o Banco do Brasil constituiu uma belíssima agência, quatro ou cinco anos atrás, num terreno nobre, cedido pela Prefeitura Municipal de Teixeira Soares, no centro da Cidade, e que lá está, permanece fechada com os móveis, e o povo percorrendo quilômetros e quilômetros para poder se valer dos préstimos do Banco do Brasil!

No Município de Rio Azul, já foi aqui, por mim comunicado, denunciado, no local aonde funcionava a agência do Banco do Brasil hoje funciona a agência do BAMERINDUS.

Eu queria deixar registrada a nossa preocupação, uma vez mais. Estamos preparando, mais uma vez, um vasto documentário e vamos enviar ao Presidente do Banco do Brasil, enviar ao nosso representante no Congresso Nacional, para que eles possam intervir, e principalmente neste momento, por onde o Brasil passa por uma transformação política, possam revêr este quadro e reabrir estas duas agências naqueles dois municípios.

Outro assunto, Senhor Presidente, que me traz a esta Tribuna, também já falamos, e muito aqui desta Tribuna! Trata-se da BR 277, rodovia esta, que nos últimos meses, no trecho do Rio de Areia a Irati e de Irati até Relógio, diariamente são mais de 10 a 12 veículos que se estragam, rodas, pneus, acidentes. O nosso Hospital, de Irati, semanalmente atende, acolhe, as famílias que se acidentam de Irati a Relógio.

Hoje está num estado de calamidade pública! Existe um movimento, uma vez mais, liderado pelo nosso Município de Irati e os demais da região, aonde até nossas igrejas, os clubes de serviço, como Lyons e Rotary, toda a nossa comunidade está organizada para tentar talvez paralisar, haver uma interrupção da BR 277, no trecho Irati-Relógio! É um estado de calamidade pública! Os acidentes que acontecem

diariamente naquele trecho são para entristecer qualquer pessoa!

E eu gostaria de, nesse instante, além de deixar registrado aqui, uma vez mais, a nossa preocupação, o clamor de nosso povo, eu gostaria de fazer um pedido especial à nossa imprensa, à imprensa do Estado do Paraná, muito especialmente aos parlamentares que têm veículo de comunicação nas suas mãos.

Nós temos aqui neste Casa diversos Parlamentares que têm programas de grande alcance, neste Estado do Paraná. Deputado Algaci Túlio, grande Parlamentar, que tem um programa de rádio que cobre este Estado, de ponta a ponta, eu peço a V.Exa. que nos ajude, fazendo esta denúncia do trecho da BR-277, Irati a Relógio.

Faço um apelo ao companheiro Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que tem um veículo de comunicação também em suas mãos através da televisão, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões... Enfim, todos àqueles que têm um veículo de comunicação nas mãos, que nos ajudem denunciando isto com todo o vigor.

Sou testemunha porque passamos lá quase que diariamente nestes trechos e é triste, é trágico, você encontrar e socorrer famílias, levar para o hospital, quando se arrasta este problema há meses e meses.

Por isto, além de denunciar, além de trazer a público mais uma vez o clamor do povo sulista, não é somente do Estado do Paraná, mas de todos aqueles que vêm de Foz do Iguaçu à Capital do Estado e que hoje estão desviando, encompridando seu trecho, fazendo um desvio de mais de 40 quilômetros, vindo por Ponta Grossa, porque o trecho de Relógio até a Cidade de Irati é intrafegável.

Há um prejuízo aos caminhoneiros, de transporte coletivo, de carros particulares, além do que, evidentemente, o maior prejuízo são as vidas que se estão perdendo.

Fica aqui o meu apelo, a minha denúncia e que fique registrada nos anais, uma vez mais, esta nossa preocupação. E um pedido especial aos Parlamentares que têm um veículo de comunicação em suas mãos, que nos ajudem!

Denunciem este fato, porque sou testemunha do que está ocorrendo na nossa Região, principalmente no trecho da BR-277.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Bloco Parlamentar Independente.

Deputado Lourenço Fregonese com a palavra.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nestes meses de janeiro e fevereiro enquanto esta Casa esteve em recesso, muitas coisas aconteceram no Estado do Paraná que preocuparam a todos os Senhores Deputados. Um dos fatos que mais me chamou a atenção foi a diferença de alíquota de ICM que sofria o combustível em relação aos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Paraná estava sendo penalizado. Havia a evasão de receita. Havia desemprego em massa em todo o Sul do Paraná.

Preocupados com isto, juntamente com os Deputados Valdir Rossoni, Anibal Khury e Antônio Annibelli, fomos ao Governador pedir para que intercedesse em prol do Paraná. A primeira resposta foi um sonoro "não". Não nos demos por vencidos. Continuamos e fomos, através do Secretário Heron Arzua, que classifico como um dos melhores Secretários da Fazenda deste País, e chegamos a um denominador comum, no qual o Senhor Governador do Estado ouviu os Parlamentares, ouviu o anseio de toda a Região Sul e está mandando a esta Casa, em data de hoje, a Mensagem nº 004/93, que baixa a alíquota de óleo diesel de 17 para 12%. Uma vitória para a Região de Rossoni, para a região de Swarowski, para a região de Anibal Khury.

O nosso agricultor, o nosso motorista de caminhão, os nossos postos de gasolina serão beneficiados. Os do Estado vizinho de Santa Catarina, vinham pegar o produto em Araucária, com isto dando menos ICM ao Paraná. Pegando no Paraná o produto fabricado aqui e vendendo em Santa Catarina a preço bem menor.

Queremos aqui parabenizar o Secretário Heron Arzua e o Governador Roberto Requião por esta medida de baixar a alíquota de ICM que vai beneficiar todo o Paraná nessa safra que agora se inicia.

Gostaríamos de mandar um recado ao Presidente Itamar Franco que, enquanto no Brasil se cria imposto de aumento de alíquota, aqui no Paraná está abaixando-se a alíquota, numa demonstração de amor pelo seu povo, de amor pela sua gente que tanto produz por este Estado.

Então, Senhores Deputados, em nome do Deputado Valdir Rossoni, em nome do Deputado Anibal Khury, em nome do Deputado Alceu Swarowski, em nome do Deputado Antônio Annibelli e em meu nome, represento os interesses, as aspirações e os desesperos dos postos de gasolina - o nosso agradecimento ao Secretário Heron Arzua e ao Governador Roberto Requião.

Concedo um aparte ao Deputado Oswaldo Trevisan.

Sr. Oswaldo Trevisan - Caro Deputado Fregonese, estou ouvindo atentamente o

Curitiba, segunda, em 01.03.93

discurso de Vossa Excelência e além da sua presença neste Parlamento, em diversas oportunidades, Vossa Excelência tem-se manifestado dessa Tribuna, tenho acompanhado também pelos jornais diversos escritos de Vossa Excelência.

Conhecendo, portanto, a sua vida parlamentar, dentro desta Casa e também lá fora pelos jornais nos seus artigos, Vossa Excelência, mostra ao Paraná que um Deputado atuante, de grande sensibilidade política, capaz de transformar em ações, em atos positivos os anseios, os desejos e as esperanças do povo da sua região e também do Paraná.

Nesta cruzada que Vossa Excelência, juntamente com os Deputados Anibal Khury, Antônio Annibelli, Valdir Rossoni, Alceu Swarowski, empreendem em defesa, notadamente, da Agricultura do Paraná, dos caminhoneiros do Paraná, do comércio de combustíveis no Paraná é uma cruzada cívica de paranaenses, este Paraná que é de todos nós.

E quando Vossa Excelência consegue este êxito, levando ao Secretário Heron Arzua e Vossa Excelência aqui reconhece como um dos melhores Secretários de Fazenda do País, e levando ao Governador Roberto Requião este pleito para reduzir a alíquota de óleo diesel de 17 para 12%. Em consequência, o Governador já está encaminhando a esta Casa a Mensagem 004/93.

Eu quero dizer-lhe que de Vossa Excelência eu não esperava outra coisa senão esta posição firme, atuante, de um Deputado trabalhador e combatente.

O povo do Paraná se orgulha em ter Vossa Excelência nesta Casa, nobre Deputado Lourenço Fregonese.

Muito obrigado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Obrigado Deputado Trevisan.

Gostaria de alertar a todos os Senhores Deputados que o mesmo problema que vinha sendo enfrentado pelo óleo diesel, vem sendo enfrentado pela cerveja no Paraná.

Nós temos uma alíquota de 25% para a cerveja, enquanto o Estado de São Paulo tem uma alíquota de 17%.

Espero que nos próximos dias o Governo do Estado se sensibilize também com o problema da cerveja, porque 25% do consumo de cerveja caiu neste País, enquanto no Estado de São Paulo aumentou-se a arrecadação com a cerveja em 21%.

Por isso, gostaria também, antes de encerrar, de pedir a todos os Senhores Deputados, tenho um pedido na Mesa para que seja a Assembléia, o Plenário, transformado em Comissão Geral, já que as comissões permanentes estão extintas, para que a gente possa votar imediatamente o Projeto

004/93 para que os caminhoneiros, os agricultores e donos de estabelecimentos de combustíveis sejam beneficiados com esta nova lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra a Liderança do PTB.

Havendo declinado, com a palavra a Liderança do PDT.

Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não podemos deixar passar em branco a comemoração feita ao nosso companheiro e Presidente desta Casa, pela Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, por esse nosso irmão do Vale do Ivaí, Deputado Orlando Pessuti que foi recebido em Ivaiporã, por todos os municípios daquela Região e municípios diferentes da Região, prestando-lhe o reconhecimento pela função que assume hoje na Assembléia Legislativa.

Nós acreditamos que a AMUVI através de seus prefeitos e de suas representações nada mais fez do que reconhecer o trabalho grandioso do nosso companheiro, Presidente Deputado Orlando Pessuti.

Sentimos também naquela reunião, na sua preliminar, uma preocupação bastante grande em relação a situação das prefeituras daquela localidade, nós temos certeza que é um fato que não atinge apenas a região do Vale do Ivaí e hoje quando vemos esta manifestação do nobre companheiro Deputado Luiz Henrique Bona Turra, a respeito dos bóias-frias, conforme cita na "Folha de São Paulo", temos que nos preocupar de fato sobre esta divulgação decadente a respeito do Estado do Paraná.

Estamos vendo esta divulgação através da "Folha de São Paulo" e pudemos sentir ontem também, no Programa "Fantástico", esta situação que nós temos certeza que o Paraná tem tudo para revertê-la e não podemos deixar que o nosso Estado tome esta pecha de Estado que tem as suas cidades se deteriorando - pode ser e é uma realidade - mas acredito que é um problema que todos nós, Deputados do Paraná, temos como compromisso, defender o nosso Estado, defender as nossas cidades, defender os nossos municípios e lutar para que este quadro de fato se reverta para que esta situação do Paraná não se torne como situação de humilhação diante de outros Estados.

Nós acreditamos até que é uma preocupação de todos nós e nos baseando nisso, foi que o PDT do Paraná, através da sua executiva, num encontro brilhante na Cidade de Medianeira, com a presença dos Deputados Algaci Túlio, Namir Piacentini, o Deputado que vos fala e do ex-Prefeito e grande liderança do Estado do Paraná, Jai-

me Lerner, e tantas outras lideranças do Estado, naquela oportunidade, levantavam a situação desta região promissora do Estado - quando se propõe até o Estado do Iguaçu - levantava naquela oportunidade o PDT do Paraná da necessidade de investimento pelo fortalecimento também daquela região Oeste, com a proposta do MERCOSUL.

Deu o PDT uma grande largada, uma grande saída, uma grande arrancada para discutir de fato essas questões dos municípios do Paraná, e naquela oportunidade nós tínhamos presentes além dos Deputados, além das lideranças, tínhamos mais de 49 municípios representados através de outras lideranças mais, consolidando também a bandeira de luta presidencialista do PDT.

Acreditando que no momento em que o Brasil vive uma crise bastante séria, nós temos a preocupação da estabilidade econômica, com o salário e com os empregos.

E nós vemos esta questão desse plebiscito simplesmente procurar fazer com que esqueçamos momentos tão críticos, por isso lá se fortaleceu a posição do nosso partido, pelo presidencialismo que acreditamos que é nesse momento a estabilidade econômica a meta principal é a luta pela fome, a luta pelo emprego e nós temos certeza que com a estabilidade econômica nós teremos posteriormente condições de discutir regime de governo que mais interessa ao nosso povo.

E queremos reforçar que não podemos deixar com que se divulgue o Estado do Paraná, com que se divulgue esta situação de falência das nossas cidades e dos nossos Estados. Caracterizados, fomos ontem, de que somos o Estado deste País que mais apresenta decadência em termos de suas cidades. E nós temos certeza que isto afetou, e muito, a representatividade que Deputados dessa região têm nesta Casa.

Por isso a nossa luta é grande e cada vez maior para dar sustentação ao Estado do Paraná.

E quero aqui, em meu nome, enaltecer também esta iniciativa do Governo do Estado quando reduz a alíquota do ICMS sobre o combustível. Acreditamos que ganha o Paraná, ganha o agricultor do Paraná porque tem melhores condições de sobrevivência na agricultura com essa redução em cima do óleo diesel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do Partido Liberal.

(Declina).

Liderança do Partido Progressista.
(Declina).

Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira.

(Declina).

Partido dos Trabalhadores.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PFL.

(Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/92, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Amazonas, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/92, de autoria do Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a A.P.A.E. de Salto do Lontra-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento comunitário do Distrito de São Lourenço. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, requerimento nº 093 de autoria dos Senhores Deputados Lourenço Fregonese, Heinz Herwig, Plauto Miró Guimarães e demais Senhores Deputados, constante do ex-

pediente.

(Lê o requerimento).

O requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação, decorridos 24 horas de sua apresentação e deverá conter desde logo o objeto, o dia e a hora da reunião.

Nesse sentido, o presente requerimento só será votado na Sessão ordinária de amanhã e aprovado, as matérias constarão da Ordem do Dia da próxima quarta-feira.

Recebido com base no § do artigo 107, do Regimento Interno.

Requerimento nº 089, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 079, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 068, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 080 e 081, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 064, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 084, de autoria do Senhor Deputado Júlio Bifon, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 053, 054, 055 e 056, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 090 e 091, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 058, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 059, 060, 061, 063 e 062, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 065, 066, 067, 069 e 070, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 072, 073, 074, 075, 076, 077 e 078, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 083, de autoria do Se-

nhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 087 e 088, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 096, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 095, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Henrique Bona Turra, Colombino Grassano, Oswaldo Trevisan e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.**

Para encaminhar o Requerimento, concedemos a palavra ao Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Para **Encaminhar**) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Também assinei com o Deputado Rosinha, e diversos outros Deputados, este Requerimento para prorrogar os trabalhos da CPI da Polícia Militar por 30 dias.

No entanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, conversando com quase todos os Senhores Deputados integrantes desta CPI, nós entendemos que não são necessários mais 30 dias. Nós ouvimos os Deputados e alguns deles entendem, como é o caso do Deputado Colombino Grassano, que nós devemos concluir esta CPI num prazo máximo de 15 dias.

Então, para dizer a V.Exa. e aos Senhores Deputados que o Requerimento se entenda como uma prorrogação por até 30 dias. E fica um compromisso nosso, na qualidade de Relator e que já ouvi diversos outros Senhores Deputados, que até o próximo dia 15 de março nós entregaremos o Relatório Final desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação.

Aprovado.

Os trabalhos da Comissão estão prorrogados por mais 30 dias.

Requerimento n.º 094, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n.º 092, de autoria do Se-

nhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n.º 037, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de concluirmos a presente Sessão e conforme havíamos anunciado na última sessão realizada por esta Casa, nós queremos solicitar aos Senhores Deputados e muito especialmente aos Líderes dos Partidos Políticos constituídos na Assembléia, bem como do Bloco Parlamentar Independente, para que no máximo até quarta-feira, nos forneçam a relação dos Deputados que irão integrar as Comissões de Justiça e as demais Comissões Permanentes desta Casa.

Diante do quadro atual das bancadas, a assessoria desta Mesa fez os cálculos e irá fornecer aos Deputados Líderes para que cada um possa ter ciência de como proceder, mas anuncia que diante do quadro atual, salvo mudanças daqui até a próxima quarta-feira o PMDB terá direito a três indicações de titular e três indicações de Suplentes à Comissão de Justiça; o Partido Progressista: 3 Deputados; o Bloco Parlamentar Independente: 2 Deputados; o PTB: 2 Deputados; o PFL: 2 Deputados; o PDT: 2 Deputados; restando o preenchimento de uma das vagas ainda que deverá ser feita mediante entendimento, sorteio ou qualquer outro mecanismo escolhido pelas Bancadas do PL e do PT. Resta uma vaga para que os 2 possam indicar, entre os dois haverá uma indicação. Nas demais Comissões com 7 membros as indicações também a serem feitas pelos Senhores Líderes nessas Comissões o PMDB participa com dois Deputados, o Partido Progressista com 1 Deputado - o Bloco Independente com 1 Deputado; o PTB com 1 Deputado; o PFL com 1 Deputado, o PDT com 1 Deputado.

Tanto o PL como o PT não possuirão representação nessas Comissões. E para as Comissões Especiais com 5 Membros que porventura venham a ser constituídas diante do quadro atual também caberia ao PMDB 1 Deputado; ao Progressista 1 Deputado; ao Independente 1 Deputado. Os outros dois seriam num esquema de revezamento indicado. Os outros dois a serem indicados para um total de cinco (5), deverão ser escolhidos num critério de rodízio entre o PTB, PDT o PFL, da mesma forma nesse caso

o PL e o PT e o PSDB não possuem representação.

Sobre a Mesa e com o nosso assessor o Sr. Celso, encontram-se cópias desses cálculos devidamente assinados por nós e pediríamos aos Senhores Líderes de Bancada nos entregassem isso até a próxima quarta-feira, para que possamos - no mais tardar até segunda-feira da próxima semana, dia 08 - estarmos com as Comissões devidamente constituídas e instaladas, com Presidente e Vice-Presidente eleitos, para que possamos realmente dar um ritmo de trabalho normal a esta Casa; sem a necessidade de nos socorrermos em casos especiais, como aqueles que foram aqui anunciados aos dispositivos da Comissão Geral, que embora sendo Regimental, muitas vezes não dá aos Senhores Deputados o tempo necessário para que possam estudar com mais profundidade as matérias.

Isto, em outras ocasiões, já foi motivo de reivindicações dos Senhores Deputados de que adotássemos a Comissão Geral apenas em casos de extrema necessidade.

É o que pretendemos fazer nessa semana, porque entendemos que as duas matérias merecem uma tramitação em caráter realmente urgente.

Curitiba, segunda, em 01.03.93

Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para informar a V.Exa. que o Bloco dos Independentes indicou o Deputado Heinz Herwig e ele vai fazer todas as indicações a V.Exa. o mais tardar amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA - Em nome da Deputada Emilia Belinati, registro a sua ausência, que devido a problemas familiares não pode estar presente a esta Sessão, devendo estar a partir da próxima.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 016/92

Levanta-se a sessão.